

ACTA N.º 32/2007

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL
CELEBRADA EM DOZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E SETE

UM - INTRODUÇÃO

Aos doze dias do mês de Dezembro de dois mil e sete, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pela hora designada, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, estando presentes, o Sr. Presidente, António Manuel Oliveira Rodrigues, os Vereadores Srs. Maria Manuela de Melo Pinheiro Antunes, Pedro Lobo Antunes, Mário Folgado Mota, Nuno Carlos de Carvalho Dias dos Santos e Carlos António Lopes Tomé, comigo, Ana Maria Sobral Carvalho Martins, exercendo as funções de Secretária.

Aberta a reunião, foram de seguida tratados os assuntos constantes da Ordem do Dia estabelecida pelo Sr. Presidente, ao abrigo do artigo dezoito do Código do Procedimento Administrativo, a qual foi entregue a todos os membros com a antecedência devida e que a seguir se transcreve.-----

DOIS - CORPO DA ACTA

ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA

Gabinete da Presidência

1. Contratação de Empréstimo para Saneamento Financeiro.
2. Proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2008 (Plano Plurianual de Investimentos e Plano das Actividades Mais Relevantes da Gestão Autárquica).

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

Deliberação N° 697 (12 /12 /2007):

A Câmara deliberou, por unanimidade (cinco votos), justificar a ausência do Sr. Vice-Presidente, por motivo de falecimento de familiar, bem como a ausência do Vereador Sr. Lobo Antunes, por se encontrar em reunião oficial, na CCDRLVT.-----

CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA SANEAMENTO FINANCEIRO

Acerca do assunto supra, foi presente a informação do D.A.F. n° 38/2007, que se anexa (Anexo 1).

Deliberação N° 698 (12 /12 /2007):

Após análise, a Câmara deliberou, por maioria absoluta, com três votos favoráveis (Sr. Presidente, Vereadores Srs. Manuela Pinheiro e Mário Mota) e duas abstenções (Vereadores Srs. Nuno Santos e Carlos Tomé):

1 - Contratar, em princípio, um empréstimo para saneamento financeiro da autarquia até ao montante de € 2.600.000,00, com a Caixa Geral de Depósitos, de acordo com a informação supra.

2 - Ouvir os restantes concorrentes sobre este projecto de resolução.

3 - Submeter à apreciação e eventual aprovação da Assembleia Municipal, a proposta de contratação da presente operação de financiamento, bem como, o estudo e o plano de saneamento financeiro para o período a que respeita o empréstimo, tendo em vista o preceituado no n° 3 do art° 40° da Lei n° 2/07, de 15/1 (Lei das Finanças Locais).

4 - Aprovar esta deliberação em minuta, para efeitos imediatos.-----

PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2008
(PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DAS ACTIVIDADES
MAIS RELEVANTES DA GESTÃO AUTÁRQUICA)

Foi presente, para apreciação e eventual aprovação, a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município para 2008.

A proposta de Orçamento apresentada ascende tanto na parte da Receita como na da Despesa a cinquenta e sete milhões novecentos e noventa e oito mil cento e seis euros e quinze cêntimos, sendo:

- Receitas Correntes: trinta milhões duzentos e doze mil duzentos e noventa e sete euros e dois cêntimos.

- Receitas de Capital: vinte e sete milhões setecentos e oitenta e cinco mil setecentos e cinquenta e nove euros e treze cêntimos.

- Despesas Correntes: vinte e oito milhões duzentos e sete mil trezentos e trinta e um euros e sessenta e nove cêntimos.

- Despesas de Capital: vinte e nove milhões setecentos e noventa mil setecentos e setenta e quatro euros e quarenta e seis cêntimos.

O Plano Plurianual de Investimentos totaliza vinte e sete milhões vinte mil e trezentos e oitenta e um euros e vinte e nove cêntimos e o Plano das Actividades Mais Relevantes da Gestão Autárquica perfaz doze milhões quatrocentos e setenta e nove mil vinte euros e trinta e três cêntimos.

Deliberação N.º 699 (12 /12 /2007):

Submetida a votação a proposta apresentada, foi a mesma aprovada, por maioria absoluta, com três votos favoráveis (Sr. Presidente, Vereadores Srs. Manuela Pinheiro e Mário Mota), um voto contra (Vereador Sr. Carlos Tomé) e uma abstenção (Vereador Sr. Nuno Santos).

As propostas ora aprovadas vão ser submetidas à apreciação e eventual aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o previsto na al. c) do n.º 2 do art.º

64º da Lei 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11/1.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.

O Sr. Presidente apresentou a seguinte declaração de voto:

“O orçamento que hoje aqui foi apresentado, é por nós considerado um documento realista que tem a particularidade de conseguir aliar um expressivo investimento totalmente suportado pelo município à necessidade simultânea de reduzir o endividamento líquido municipal. Tal como o orçamento do ano ainda em curso, também este é um planeamento de transição com vista à plena interacção com o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

Pretende-se com o presente orçamento continuar a política de poupança municipal, que nos anos de 2005, 2006 e 2007 atingiu no seu total o valor aproximado de 8 milhões de €uros e, em simultâneo, manter a tendência de redução da dívida do município, como já se começa a verificar em 2007.

Se é verdade que muitas intervenções previstas no documento se poderão enquadrar na rotina operacional da Câmara, nomeadamente a intervenção em vias municipais, como ainda o reforço das políticas sociais e educativas, referências por excelência do município, não é no entanto menos verdade, que há ambição neste orçamento.

A construção dos novos Paços do Concelho bem como o arranque da construção dos Centros Escolares dispersos no concelho, conforme o previsto na Carta Educativa, são de facto obras de importância estratégica para o nosso município que, naturalmente, terão reflexos na qualidade de vida futura de Torres Novas. A abertura da nova biblioteca, associada às obras na sua envolvência bem como toda a intervenção quer no castelo, quer na alcaidaria e ainda o jardim que os há-de envolver, conferirão a esta zona histórica da cidade, uma qualidade de invejável alcance e invulgar em urbes com a dimensão de Torres Novas.

Só por si, estas intervenções de fundo que, julgamos, merecerão o apoio maioritário dos munícipes seriam razão suficiente para nos revermos na proposta que hoje foi apresentada.

Por tudo o que se pretende fazer e que está bem claro no orçamento, pelo objectivo nele expresso de continuar a contenção da despesa e em simultâneo a redução do endividamento e ainda projectando as intervenções com vista ao QREN, os autarcas do Partido Socialista votam favoravelmente o documento.”

O Vereador Sr. Carlos Tomé justificou o seu sentido de voto, nos seguintes termos:

“Sempre defendi o entendimento de que o Orçamento e Plano de Actividades são os documentos de gestão mais importantes do município. São documento obrigatórios por lei e que merecem o maior dos cuidados na sua elaboração. No entanto, e infelizmente, estes documentos têm vindo a merecer cada vez menos importância para o município, o que é mau. Não são discutidos com tempo nem de forma minimamente profunda ou séria. Com efeito, estes documentos estão a ser substituídos gradualmente por outros planos e projectos, os quais - independentemente da sua importância para o município - não são calendarizados nem são passíveis de fiscalização ou de acompanhamento.

Neste momento, o Plano e o Orçamento são documentos absolutamente secundarizados, sendo-lhes atribuída cada vez menos atenção. Não posso concordar com esta sua desvalorização, quanto mais não seja, porque são os únicos documentos que têm de ser aprovados pela Assembleia Municipal. E as propostas hoje em discussão são claro exemplo disso mesmo. Os documentos não mereceram a atenção devida, antes se reduzem a um rol de intenções, sem serem objecto de qualquer discussão profunda e séria, sem qualquer calendarização ou definição de prioridades e sem contemplar os projectos previstos nos documentos já aprovados pela Câmara designadamente na Cidade Criativa, Plano de Recuperação dos Centros Históricos e Plano Estratégico.

De há uns anos para cá a “Memória Descritiva do Orçamento” (que acompanha a proposta em si) costumava ser um bom documento, bem elaborado e repleto de elementos, dados e gráficos

interessantes para se perceber a verdadeira situação do município nos seus diversos sectores de actividade. Lamento que desta vez este documento não passe de uma muito breve introdução ao Orçamento, sem quaisquer elementos importantes e elaborado à pressa e de forma muito deficiente. Assim, o elogio que costumava tecer a este respeito, desta vez nem sequer o posso fazer.

Por outro lado, estas propostas para 2008 padecem essencialmente dos mesmos defeitos e dos mesmos erros dos anos anteriores e demonstram que a Câmara pretende continuar a trilhar o mesmo caminho de sempre. As propostas continuam a manter o mesmo artificialismo de sempre, transformando em irrealista e sem rigor um documento de gestão da maior importância para o município.

Mais uma vez nos surge um Orçamento profundamente irrealista, prevendo arrecadação de receitas puramente imaginárias. As receitas estão altamente empoladas o que retira o indispensável rigor e realismo do documento previsional. Assim, não havendo rigor nem realismo na previsão das receitas nunca será possível considerar o Orçamento como um bom documento de gestão municipal. E, como é óbvio, não havendo receitas também não existirão as correspondentes obras.

A dotação prevista para este Orçamento é de 57.998.106 € enquanto em 2007 foi de 57.374.773 € o que constitui um aumento previsional de mais de 600 mil euros e que é sintomático do caminho errado que se teima em trilhar. Com efeito, se os anteriores orçamentos estavam empolados, então dever-se-ia ter a coragem de não o empolar ainda mais, reduzindo mesmo de forma substancial a sua dotação global.

O orçamento mantém-se inflacionado em cerca de 30 milhões de euros, como facilmente se comprova pela análise dos valores concretizados no ano de 2007. E para isso devemos comparar o que foi orçamentado com o que foi executado neste ano de 2007 para avaliarmos da correcção dos valores previstos para 2008.

No total das receitas orçamentaram-se 57.374.773 € e apenas se arrecadaram 23.644.706 € (até 07.12.07) o que significa apenas 41% do previsto. Claro que tal valor percentual é muito reduzido, não sendo possível aceitar uma dotação de valores tão elevados, pois são valores absolutamente irrealistas. No entanto e apesar dessa evidência a proposta ainda consagra um aumento da dotação.

A nível das receitas correntes previram-se 28.432.121 € mas apenas se receberam 19.313.637 €, o que constitui 67,9% do previsto. Nas receitas correntes é sintomática a rubrica “*impostos indirectos*” com 5.458.650 € em que apenas se receberam 1.097.188 €, o que constitui apenas 20,1% do previsto, sendo importante neste âmbito realçar a rubrica “*loteamentos e obras*” com o valor previsto de 4.857.000 € mas apenas com 658.785 € recebidos, ou seja 13,6% do previsto. Na rubrica “*Taxas, multas e outras penalidades*” previram-se 1.812.806 € mas apenas se receberam 544.103 € ou seja apenas 3% do previsto. E na rubrica “*Taxas específicas das Autarquias*”, mais concretamente nos “*loteamentos e obras*” previram-se 1.600.000 € e apenas se arrecadaram 329.055 € que significa 20,6 % do planeado. Ora, se ao nível da arrecadação de receitas as diferenças entre o orçamentado e o concretizado são assim tão evidentes, então dever-se-iam reduzir os valores previstos para 2008. Mas não. Apesar dessa evidência de empolamento exacerbado dos valores para 2007, os valores para 2008 foram ainda mais aumentados. Se em 2007, só na rubrica “*Taxas, multas e outras penalidades*” foram previstos pouco mais de 1,8 milhões, então para 2008 esse valor sobe para mais de 2,7 milhões ou seja tem um aumento de 50%

Nas receitas de capital, previram-se 29.005.134 € mas apenas se arrecadaram 4.442.285 € o que significa apenas 15,3%. Nas receitas de capital assume particular relevância o valor da rubrica “*Venda de bens de investimento*” com o valor 20.933.228 € mas apenas se arrecadam uns míseros 25.920 € o que significa a infeliz percentagem de menos de 0,1%. Claro que mais uma vez esta rubrica é a principal responsável pelo exacerbado empolamento das receitas que retira qualquer rigor a este orçamento. Aliás, este problema já se arrasta há vários anos e sempre tenho chamado à atenção para o mesmo, mas sem qualquer resultado.

Só por si, estes exemplos são absolutamente esclarecedores da falta de seriedade dos valores orçamentados. Aliás, nesta rubrica insere-se o sempre famoso caso da “*venda de terrenos*” que no Orçamento de 2007 tinha o valor de 16.128.238 € mas apenas se receberam uns ridículos 7.500 €. Para 2008 este valor, que já de si era umescandaloso exagero, ainda aumenta mais de 1 milhão de euros, estando orçamentados 17.537.732 €. Com valores desta grandeza, como se pode atribuir qualquer rigor ao Orçamento? Mais uma vez esta rubrica é uma das grandes responsáveis pelo irrealismo que corrói a proposta de orçamento.

Por outro lado, a previsão de aumento nas despesas correntes é alarmante pois tratam-se de despesas infrutíferas, que não podem considerar-se investimento. A previsão de aumento destas

despesas é enorme, pois passam de 25.637.533 em 2007 para 28.207.331 em 2008. Quer dizer, já no ano transacto se previa um aumento destas despesas e para o ano prevê-se ainda mais um aumento de 2,5 milhões de euros.

Na despesa de capital verifica-se um desinvestimento, pois a verba prevista no ano anterior para “*aquisição de bens de capital*”, ou seja o investimento propriamente dito, era de 29.826.989 e para 2008 prevê-se um investimento de apenas 27.020.381, ou seja verifica-se uma diminuição de mais de 3 milhões de euros enquanto, de forma sintomática, se prevê aumentar a despesa corrente em 2,5 milhões de euros.

Claro que isto é negativo, pois está a reduzir-se o investimento e a aumentar-se a despesa improdutiva, o que constitui uma tendência inaceitável. Por isso, é de lamentar que a Câmara vá continuar no caminho do inaceitável despesismo.

Quanto ao Plano de Actividades o panorama não é melhor, pois as apostas que deveriam ser feitas nos sectores mais importantes para melhorar a qualidade de vida da população do concelho ficam mais uma vez adiadas, acentuando-se a tendência para privilegiar o acessório e as aparências.

Os sectores de actividade que deveriam merecer uma aposta séria, profunda e prioritária do município deveriam ser o ambiente e o saneamento. Mas infelizmente, e mais uma vez, essas apostas ficarão a aguardar melhores dias. No ambiente nada de significativo se fará, pois apenas se perspectiva a elaboração do Plano Municipal do Ambiente, sendo certo que ainda se passará mais um ano, mantendo-se todos os problemas gravíssimos por demais conhecidos neste âmbito.

No saneamento ficaremos mais uns anos à espera que possa surgir, qualquer dia, uma entidade que resolva os problemas que se vão acumulando e agravando de ano para ano. Aliás, a situação ao nível do saneamento é já absolutamente insustentável e continuamos agora à espera de uma empresa salvadora. É de salientar que existe um enorme rol de sistemas e subsistemas de saneamento na Memória Descritiva mas curiosamente, ou talvez não, nenhuma dessas obras surge no Plano de Actividades ou no Plano Plurianual de Actividades.

Por tudo isto, voto contra a proposta de Orçamento e Plano de Actividades para 2008.”

O Vereador Sr. Nuno Santos apresentou a seguinte declaração de voto:

“Na proposta de Orçamento da Autarquia de Torres Novas para 2008 apresentada, são definidos alguns objectivos prioritários para o próximo ano.

Desde logo é referida a intenção da redução do endividamento líquido, objectivo que nos merece total concordância. Se é verdade, embora possível de melhorar mais, que a “poupança” tem existido, mais á custa do não investimento do que com a redução das despesas correntes, também não deixa de ser verdade que as mesmas não têm baixado significativamente, nomeadamente, ao nível da aquisição de bens (mais 500.000,00 Euros este ano) e na aquisição de serviços, á data, com valores muito próximos de 2007. Positiva é a contenção verificada com as despesas com pessoal, que atingirá valores muito próximos dos do ano de 2007. No entanto, e fruto de acordos de negociação da dívida, a dívida de curto prazo apresenta redução, não significando que a dívida Global tenha reduzido na mesma proporção, podendo inclusive manter ou subir ligeiramente em relação a 2007. De facto é a primeira vez desde á 4 anos a esta data, que a dívida global não aumenta significativamente.

Sinais positivos sem dúvida.

No sentido de a diminuirmos para valores mais próximos do valor total da receita, a “poupança” deve ser fomentada e efectiva. Este orçamento, que não deixando de sofrer um ligeiro aumento do seu valor total, é no entanto o mais baixo verificado desde á muitos anos a esta data.

De qualquer modo existem algumas rubricas que merecem uma especial atenção, por apresentarem valores exagerados ou com subidas orçamentais significativas:

- Na rubrica transportes, é orçamentado um valor de 759.479,15 Euros, significando uma aumento quando comparado com o gasto em 2006 de mais de 300.000,00 Euros.
- Na rubrica de Estudos, pareceres, projectos e consultoria, o valor orçamentado é de 189.265,16 Euros, valor claramente exagerado.
- Na rubrica Juros e Outros encargos, nomeadamente na de Outros Juros orçamenta-se um valor de 900.000,00 Euros. Virão aí mais acordos de regularização da dívida?
- O valor orçamentado para a Empresa Municipal Teatro Virgínia, 423.114,64 Euros embora inferior ao do ano transacto, poderá sem dúvida baixar ainda mais, sem pôr em causa o seu trabalho e as suas funções.

Do lado da receita, com os dados de Novembro de 2007, poderá haver em valores totais uma redução, considerando as receitas com IMT, IMI, Imposto sobre veículos, Derrama, Obras e Loteamentos, Águas, Fundos Municipais e Fundos Comunitários, uma redução na ordem do 1.500.000,00 Euros, sendo a maior redução a verificada nos Fundos Comunitários, cerca de 1.100.000,00 Euros, fruto da transição entre Quadros Comunitários. No entanto a redução de

400.000,00 Euros, verificada entre as restantes rubricas não deixa de ser preocupante e deve merecer uma especial atenção. Devem ser implementadas políticas de captação de maiores receitas. As zonas Industriais, incluídas no Torres Novas.pt poderão sem duvida ajudar nesta área.

É de facto um orçamento com preocupações de poupança e essencialmente de contenção no investimento. Do lado da poupança espero que a mesma seja efectiva e acima de tudo, mais significativa do que a prevista para 2007.

Os Centros Educativos, devem ser sem dúvida uma prioridade para 2008, pelo menos que arranque a sua construção, situação que não pode ser continuamente adiada. Há muitas escolas no concelho que não têm já condições de funcionamento dignas.

Quanto ao QREN e devido ao esperado atraso verificado na sua regulamentação, dificilmente será em 2008 que teremos investimentos implantados em resultado do mesmo mas, espero que aquando das candidaturas, se cumpra o assumido no Torres Novas.pt, nomeadamente quanto aos investimentos prioritários.

O PSD pelas razões expostas anteriormente, tem como sentido de voto a abstenção no Orçamento para 2008.”-----

O **Sr. Presidente** declarou encerrada a reunião pelas quinze horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta.

E eu Chefe da Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi, subscrevo e vou assinar juntamente com o Excelentíssimo Presidente.-----